

ISSN 25270605

Florianópolis, v. 14, n. 1, jan./jun. 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL (PET) PEDAGOGIA  
NÚCLEO ERER - EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS



## EDITORIAL

*Joana Célia dos Passos e Eliane Debus - Professoras UFSC*

*Suelen Amorim Ferreira - Bolsista PET/Pedagogia/UFSC*

A cada dia cresce o número de contaminados e mortos pela Covid-19. Já são contabilizadas mais de 100 mil mortes desde o início da pandemia. Negros e negras pobres, moradores de periferia, quilombolas e indígenas são os mais afetados, pois são os que têm as piores condições de vida, estão na informalidade, são a maioria da população em situação de rua, da população encarcerada, que convivem com maiores índices de violências e com as piores condições de acesso aos equipamentos do Estado.

A solidariedade marca as páginas desta edição do boletim *Abiodum*. Nesse momento atípico, o olhar para as singularidades se faz cada vez mais necessário em nossas ações coletivas, pois ele abre caminho para o acolhimento pluriuniversal.

As imagens dos povos indígenas Ticunas que acompanham este Boletim estão em "O livro das árvores", organizado por Jussara Gomes Gruber (1997), premiado pela Fundação Nacional do Livro infantil e Juvenil (FNLIJ). Acolher essas imagens significa apresentar a força da vida em um momento tão duro como o que estamos vivendo.

Referência: GRUBER, Jussara Gomes (org.). *O livro das árvores*. Benjamim Constant : Organização Geral dos ProfessoresTicuna Bilingües, 1997.

### EXPEDIENTE

**Conselho editorial:** Debora Cristina Araújo (UFES), Eliane Debus (UFSC), Etelvino Guila (Universidade de Maputo/Moçambique), Joana Celia dos Passos (UFSC), Maria Aparecida Rita Moreira (Rede Estadual de Educação/UFSC), Paulo Vinicius Baptista da Silva (UFPR)

**Colaboradores da edição:** Elem Bernardi Marafigo, Eliane Debus, Jacyara Camargo, Joana Célia dos Passos, Lucas da Eni, Suelen Amorim Ferreira e Thayene Esquivel.

**Pareceristas ad hoc:** Iara Tatiana Bonin (ULBRA) e Jozélia Daniza Jagso Inácio Jacodsen (UFSC)

**Trabalho técnico:** revisão: Ana Carolina Ostetto; diagramação: Pedro Salles Iwersen

**Endereço:** Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n, Trindade, Florianópolis - SC, 88040-900.

# A PANDEMIA COVID-19 NO BRASIL: AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS POVOS INDÍGENAS

*Elem Bernardi Marafigo, Jacyara Camargo e Thayene Esquivel*  
*Bolsistas PET/Pedagogia/UFSC*

Os povos originários possuem um histórico de resistência e luta pela sobrevivência desde os tempos coloniais em todo o continente sul-americano. Ainda hoje, são marginalizados, vítimas sobreviventes de uma sociedade racista e da necropolítica. No momento em que vivemos, a pandemia da Covid-19 acentua ainda mais a desigualdade social em que os povos indígenas têm vivido, espalhando medo e dificuldade de sobrevivência em toda a extensão territorial brasileira. Com o isolamento social, a fome assola as suas comunidades, sofrem pela falta de alimentos, mantimentos e escassez de renda das famílias. Eles são os mais vulneráveis à pandemia em função de suas condições sociais, econômicas e de saúde, que os desfavorecem e são piores do que as dos não indígenas.

No Brasil, desde o início da pandemia, os povos indígenas vêm lutando para conter o avanço da doença e reivindicam melhores condições de saúde dentro das aldeias, porém, passam por dificuldade de acesso aos serviços de saúde, seja pela distância geográfica, falta de transporte ou meios de locomoção, seja pela indisponibilidade ou insuficiência de atendimento à saúde pelos órgãos especializados, como é o caso da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

Vale demarcar que o momento político brasileiro tem favorecido o aumento de grilagem em território indígena, principalmente, na região Norte e Centro-Oeste do país. Com o advento da pandemia e do isolamento social, esses povos ficaram mais suscetíveis às invasões de seus territórios por madeireiros, garimpeiros, grileiros e fazendeiros, assim como aos assassinatos de suas lideranças em suas terras. Segundo Mariana Vick (2020), do jornal *NEXO*,



“Indígenas das terras Raposa Serra do Sol, em Roraima, Yanomami, entre Roraima e Amazonas, Aldeia Panorama, em Rondônia, e territórios Araweté, Apyterewa e Trincheira Bacajá, no Pará, relataram a exposição a invasores”.

Os ataques a esses povos por parte do governo em meio à pandemia têm se tornado cada dia mais frequentes, como também a falta de diálogo, as exonerações e o desrespeito às especificidades da saúde Indígena. Diante disso, a luta pela sobrevivência é cada dia mais difícil. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em 22 de abril de 2020, “[...] a Fundação Nacional do Índio (Funai), emitiu a Instrução Normativa nº 9 que permite legalizar o crime de grilagem dentro

de áreas indígenas” (APIB, 2020), a qual Ministério Público Federal (MPF) recomendou a anulação no dia 29 do mesmo mês, reconhecendo a sua inconstitucionalidade e a violação dos direitos dos povos da floresta. A APIB ainda ressalta que “Esta norma do governo também desrespeita a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas” (APIB, 2020).

O primeiro caso de Covid-19 registrado entre a população indígena foi de uma jovem de 20 anos, da etnia Kokama, no município de Santo Antônio do Içá, no estado do Amazonas, no final do mês de março de 2020, quando um médico de São Paulo infectado pelo vírus foi – a serviço da SESAI – para uma aldeia e, conseqüentemente, contaminou a comunidade Indígena, tornando, assim, as transmissões comunitárias.

Segundo o Boletim Epidemiológico da SESAI<sup>1</sup>, atualizado em 24 de agosto de 2020, o número de casos confirmados de Covid-19 entre a população Indígena no Brasil totaliza 21459 casos e 353 óbitos, desses quatro são no estado de Santa Catarina.

No entanto, os dados divulgados pela APIB

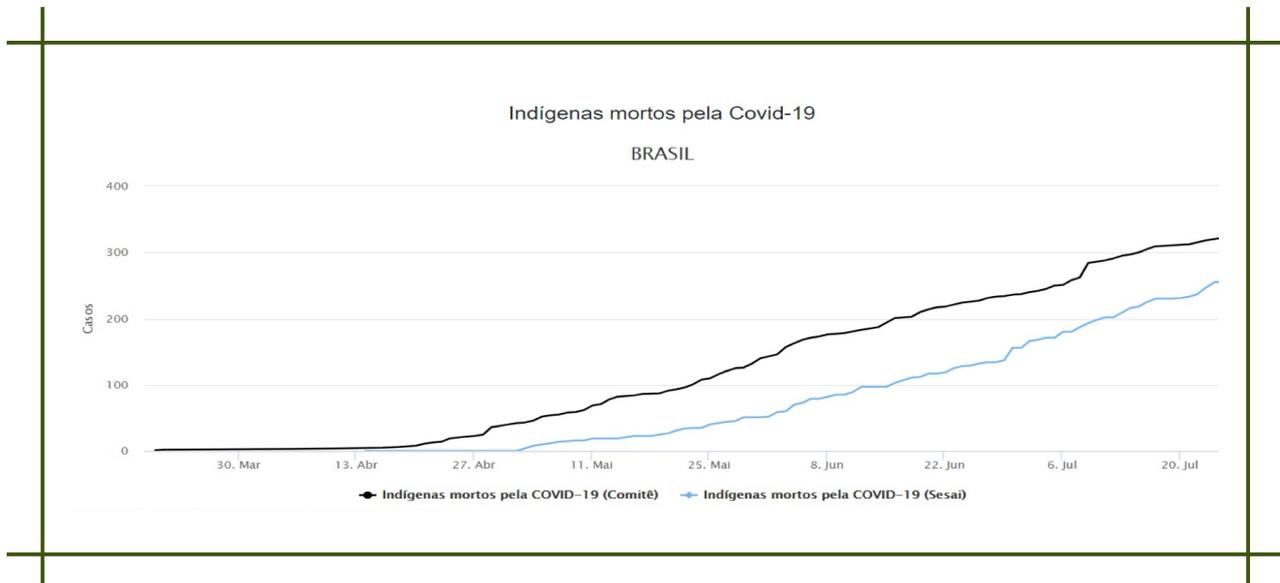
apontam um número muito maior em relação ao panorama geral da Covid-19 no Brasil: dados de 24 de agosto, às 12h10min., mostram que o total de contaminados era de 27.034, com 717 indígenas mortos, e 155 povos afetados.

<sup>1</sup> Boletim Epidemiológico da SESAI. Disponível em:

<https://saudeindigena.saude.gov.br/corona>. Acesso em: 28 jul. 2020.



No Gráfico a seguir, disponível na plataforma de monitoramento Covid-19 e os Povos indígenas<sup>2</sup>, é possível visualizar essa disparidade dos dados. De acordo com essa base de dados, “o gráfico apresenta os números de mortos contabilizados pela SESAI e as subnotificações computadas pelo Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena”.



Fonte: Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena, 2020.

O Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul (DSEI-Sul), sediado no município de Florianópolis, é responsável pela assistência em saúde dos Indígenas das etnias Kaingang, Laklãnõ/Xokleng, Guarani M'Bya e Charrua, localizadas nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, abrangendo uma população de 33.642 Indígenas, distribuída em 199 aldeias. O DSEI conta com cinco polos-base em Santa Catarina e seis no Rio Grande do Sul. De acordo com uma reportagem televisiva exibida no dia 24 de junho no Programa Bom dia Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2020), desde o dia 17 de junho de 2020 está sendo realizada uma testagem nas aldeias indígenas, e a primeira aldeia onde os testes foram aplicados foi na aldeia Ipuacu, no Oeste do Estado: dentre os 78 testes realizados, 25 tiveram resultados positivos para Covid-19 - um número extremamente alto para a população indígena, uma estatística de aproximadamente um a cada três pessoas com resultado positivo para o vírus. Sendo assim, há uma preocupação grande com a população indígena, devido à dificuldade em se fazer o isolamento social dentro das aldeias, em razão das suas especificidades culturais. Além disso, os dados levantados pelo DSEI-Sul apontam que a faixa etária dos contaminados está entre 20 e 49 anos. Nessas aldeias, os testes continuam e elas permanecem fechadas, apesar das dificuldades (RIO GRANDE DO SUL, 2020).

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://covid19.socioambiental.org/>> Acesso em: 28 jul. 2020.

No dia 29 de junho 2020, foi lançado a Emergência Indígena – Plano de enfrentamento da Covid-19 no Brasil, onde vários líderes Indígenas e ativistas se reuniram para um ato online, organizado pelo Movimento Indígena. O objetivo dessa proposta é de realizar planejamentos regionais e locais, a fim de tornar mais forte as instituições Indígenas vinculadas à APIB, para melhor atender as demandas de casos de Covid-19 entre as comunidades, respeitando, então, o direito à saúde indígena e suas especificidades étnicas e culturais, asseguradas nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Todavia, apesar de tais medidas e movimentações por parte do órgão local e organizações, como a APIB, os Indígenas que residem em áreas urbanas enfrentam uma realidade de abandono e negligência, sobretudo, por parte da SESAI, que alega não ter competência nem recursos para atendê-los quando solicitam atendimento, muitas vezes, emergencial.

O racismo institucional é uma realidade que a população indígena e negra enfrenta desde sempre no Brasil e, no contexto atual, as consequências disso podem ser agravadas, visto que a vida das pessoas está em risco e que estamos vivendo um contexto de pandemia. Com justificativas burocráticas e questionáveis, a SESAI alega que deve atender apenas os indígenas que estão atualmente nas aldeias, isentando-se, assim, da responsabilidade pela saúde do restante da população Indígena e ignorando as especificidades dessas pessoas, como é o caso de muitos estudantes e trabalhadores urbanos.

PÁGINA 1



## A SITUAÇÃO DOS ESTUDANTES INDÍGENAS NA UFSC

Temos visto que o contexto da pandemia cada vez mais evidencia e agrava as desigualdades sociais. Os povos originários há muito são marginalizados e invisibilizados em todo o território nacional, nas diversas esferas da sociedade, e no meio universitário não é diferente. No campus Reitor João Davi Ferreira Lima da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, nove estudantes indígenas são os únicos de todo o estado a estar em isolamento em um campus universitário. Desde que foi decretada oficialmente a quarentena na cidade, esses estudantes das etnias Parintintin, Kaingang, Laklãnõ/Xokleng, Guarani e Krenak, que não puderam voltar para suas aldeias, estão morando com quatro crianças (entre 0 e 5 anos de idade) no precário alojamento indígena da universidade (denominado pelos estudantes de Maloca), o qual corresponde a uma ala desativada do restaurante universitário que nunca foi reformada e está em condições de insalubridade.

No dia 2 de julho realizamos uma videoconferência com uma das estudantes, Solange Brisola, da etnia Kaingang, que é mãe de três crianças e está cursando Pedagogia (UFSC), para saber mais sobre a sua situação desde que foi decretada a quarentena na cidade de Florianópolis. Segundo ela, a situação inicial foi de um completo abandono, tanto por parte da Universidade como pelos órgãos públicos, incluindo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a SESAI. Com o fechamento do Restaurante Universitário (RU) logo na primeira semana de quarentena, os estudantes foram deixados sem alimentação para si e as suas crianças. Eles tomaram a decisão de se isolar no alojamento por conta própria, uma vez que não tinham condições de retornar às suas aldeias e também por causa do receio de que, em uma tentativa, acabassem por levar o vírus para lá.

Sem nenhuma orientação de como proceder diante da pandemia, sem recursos de limpeza e higiene, nem atendimento médico, suas vidas e de suas crianças corriam risco, pois dois dos primeiros casos de Covid-19 confirmados em Florianópolis foram no Hospital Universitário. Além disso, a segurança desses Indígenas também é colocada em xeque, já que o alojamento não possui uma tranca, tendo apenas um “muro” improvisado com mesas, carteiras quebradas e madeiras velhas para impedir invasores. A estudante entrevistada relata que em ocasião anterior (2018) dois homens já entraram no alojamento quando ela e outra estudante, juntamente com as crianças, estavam presentes e roubaram uma bicicleta das crianças.

Acostumados a resistir e lutar pela sobrevivência e permanência na universidade, os estudantes se mobilizaram e escreveram uma carta ao Ministério Público, denunciando a situação de abandono e solicitando a devida atenção às suas necessidades. A partir disso, receberam recursos por parte da universidade (os alimentos que seriam utilizados no Restaurante Universitário), assim como visita da SESAI e da FUNAI, que levaram alimentos e produtos de limpeza. Entretanto,

Solange Brisola relata que esses órgãos só foram ao local no início do isolamento social, não acompanhando a situação da permanência durante esse período na UFSC.

Uma grande dificuldade que todos os estudantes Indígenas enfrentam é com a negligência burocrática por parte dos órgãos, principalmente da SESAI, pois se negam a fornecer atendimento médico aos estudantes indígenas e suas crianças, com a justificativa de não estarem nas suas aldeias, insistindo que não possuem o recurso ou a permissão necessária para resolver tal situação. Solange relata que sempre que precisou de atendimento médico para si ou para um de seus filhos desde que passou a morar no alojamento da UFSC, procurou atendimento emergencial do Posto de Saúde das redondezas ou do Hospital Universitário. No entanto, na atual conjuntura, são os locais com maior chance de contaminação da Covid-19. Nessas circunstâncias, esses estudantes Indígenas seguem invisibilizados e negligenciados, mantendo-se, majoritariamente, por doações da rede de apoio, uma vez que o auxílio de R\$ 200,00 oferecido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da UFSC não supre todas as suas necessidades e nem todos conseguiram receber o auxílio emergencial de R\$ 600,00 do Governo Federal. Diante dessa situação de indiferença, esses estudantes se encontram com sua saúde mental abalada, uma vez que estão longe de suas famílias, que, por sua vez, estão ameaçadas pelo vírus.

A acadêmica relata com pesar que a escola em que estudou no Ensino Fundamental – Escola Indígena de Educação Básica (EIEB) Cacique Vanhkre, localizada no Território Indígena Xaçecó, no município de Ipuáçu, SC, foi transformada pelo exército em um centro de isolamento para mais de 200 contaminados com o coronavírus (Figura 2 e 3).



Figura 2 - Exército na EIEB Cacique Vanhkre  
Fonte: Indígena Odair Santos.



Figura 3 - Instalação de beliches pelo exército  
(EIEB Cacique Vanhkre)  
Fonte: Indígena Odair Santos.

O estudante do Curso de Pedagogia Sérgio Duarte da Silva, da etnia Guarani, que conseguiu voltar para sua aldeia (Tekoá Marangatu localizada no Território Indígena do Morro dos Cavalos, no município de Biguaçu) em março, conta em uma entrevista realizada no dia 28 de maio de 2020 que o maior medo dos que estão lá são as saídas das aldeias para buscar de alimentos.

A distância e a locomoção até a cidade em busca por atendimento médico ou outras necessidades é outra dificuldade relatada, colocando a pessoa que se locomove em risco, assim como toda a aldeia: *“o número de pessoas já é pouco e se acontecer contágio seria uma tragédia”*, relata o estudante. A disseminação interna do vírus nas aldeias é muito acelerada e resulta em um número muito alto de doentes ao mesmo tempo, como é o caso da aldeia de Solange, no oeste do estado, que *“resulta em um verdadeiro extermínio do nosso povo”*.

Outro ponto levantado pelos/as estudantes diz respeito a seus anciãos, que estão no grupo de risco da Covid-19. Há uma grande preocupação para com a proteção e a manutenção da vida dos idosos Indígenas por parte de seu povo, pois *“eles são nossos livros vivos”*, diz Solange. Ela relata que, para os povos Indígenas, a dor de perder um ancião, principalmente, por uma doença como essa ou por razões não naturais, como em um conflito de terras, é dobrada, pois, além de perder a pessoa querida, vão-se também séculos de cultura e tradição, *“é como pra vocês perder um museu e uma biblioteca nacionais ao mesmo tempo”*, complementa.

As discussões em torno do Ensino a Distância (EAD) é outra grande apreensão para esses estudantes, que estão incertos quanto às condições que possuem para retomar as aulas nesses termos. Em vista disso, os estudantes se pronunciaram por meio de uma nota para o Conselho Universitário (CUN) realizado no mês de junho:

As consequências do ensino a distância, para nós estudantes indígenas, será vista mais para frente, as nossas dificuldades já são grandes na universidade, com essa pandemia essas dificuldades se tornaram ainda maiores, se antes da pandemia nós já tínhamos notas ruins e por isso muitos de nós chegamos perder nossas bolsas, com o ensino a distância a chance de perdê-las só irão aumentar, porque precisamos atingir o índice acadêmico, estabelecido pela UFSC, para continuar recebendo essas bolsas. E perguntamos, como serão feitas as nossas avaliações? Como será feito o cálculo do nosso índice acadêmico? Como será avaliado o desempenho acadêmico dos calouros? Será levado em consideração o luto que os estudantes Indígenas estão vivendo em todo território brasileiro? Como será tratada a saúde mental dos estudantes indígenas que já perderam seus entes queridos x produção acadêmica? Aqui na UFSC dois colegas da etnia Kaingang já perderam seus pais e um colega também da etnia Kaingang perdeu o avô, a doença nas aldeias Kaingang do interior de Santa Catarina já se alastrou. O Conselho deve pensar uma alternativa preventiva, levando todas as nossas colocações em consideração que nos dê condições dignas para desenvolver um bom aprendizado acadêmico e conseqüentemente uma boa produção, do contrário, seremos mais uma vez banido de um processo que ao nosso ver, embora muito sofrido e frustrante, mas ainda sim, bonito quando falamos em democracia brasileira. (CUN, 2020).

## Referências

- APIB. Durante a pandemia, Funai emite norma que incentiva invasão de terras indígenas. APIB, Brasília, DF, n. 11, 1 maio 2020. Disponível em: <http://apib.info/2020/05/01/durante-a-pandemia-funai-emite-norma-que-incentiva-invasao-de-terras-indigenas/>. Acesso em: 29 jul. 2020
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 29 jul. 2020.
- RIO GRANDE DO SUL. Saúde da População Indígena. Equipe técnica Jéssica Camila de Sousa Rosa e Guilherme de Souza Muller. Secretaria da Saúde Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/saude-da-populacao-indigena>. Acesso em: 29 jul. 2020.
- SANTA Catarina registra segunda morte de Indígena por Covid-19. Bom dia Santa Catarina, Florianópolis, 14 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/06/14/santa-catarina-registra-segunda-morte-de-indigena-por-covid-19.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- VICK, Mariana. Como a pandemia agrava o risco de invasões em terras indígenas. Nexo, São Paulo, 18 abr. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/18/Como-a-pandemia-agrava-o-risco-de-invas%C3%B5es-em-terras-ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 29 jul. 2020.

---

# MÁQUINA DE FAZER VILÃO

*Lucas Da Eni*

*Bolsista PET/Pedagogia/UFSC*

“Florianópolis abre edital para compra de sacos de cadáver destinados a vítimas de coronavírus”, esta foi a manchete do jornal online *NSC Total* (SILVA, 2020) do dia 12, um domingo frio de julho. Ao todo, já são mais de 90 mil mortos no Brasil, segundo país com maior número de casos no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Em linhas gerais, a pandemia de Covid-19 expôs ainda mais a desigualdade de condições de vida a que estão submetidos ricos e pobres no Brasil e deu novos ares e volume à pilha de corpos produzidos diariamente pela necropolítica.

Para Achille Mbembe (2016), historiador camaronês, a noção de biopoder – o controle sobre o corpo e a vida do indivíduo por parte do Estado – de Foucault, está perdendo o verniz. Na contemporaneidade, cabe a cada nação soberana não somente o controle sobre a vida como também a produção da morte. É função do Estado neoliberal necropolítico – soa estranho e distante, mas temos um no Brasil – ditar quem deve viver e quem deve morrer; geograficamente, nos limites do território e da soberania nacionais, onde se deve matar e onde não pode. Nas palavras do autor, “[...] a forma mais bem sucedida de necropoder é a ocupação colonial contemporânea da Palestina” (MBEMBE, 2016).



No Brasil, a necropolítica não poderia encontrar representante melhor que Jair Bolsonaro, uma vez que o mesmo afirma em entrevista que sua especialidade é matar<sup>1</sup>. E não faz por menos, é homem de palavra. Os números desse ano são recordes: em São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, a letalidade policial aumentou, em média, 40% durante a pandemia (BARBON, 2020; SP..., 2020). Caso emblemático e estarrecedor de mais uma vítima dessa política racista, conhecida como guerra às drogas, é o de João Pedro, 14 anos, negro, morto com um tiro de fuzil nas costas, dentro da própria casa, durante operação policial no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo (RJ). Mas a

política da morte não vem somente de farda, deixar morrer também está previsto no planejamento estratégico. Por exemplo, passou-se longe de fazer a quantidade mínima de testes por mil habitantes para saber de fato quantos doentes havia no país e, assim, tomar as devidas providências – o Brasil é um dos países que menos testou no mundo, atrás, do Chile, Cuba, Paraguai, Peru, Argentina e Equador (BARRUCHO, 2020); nem o acesso à água potável é garantido, como vem ocorrendo no bairro do Pantanal, região central de Florianópolis, há mais de mês (MORRO..., 2020). O discurso de normalidade do Governo Federal estimula a volta ao trabalho ao mesmo tempo em que não garante a renda das famílias pobres para que estas fiquem isoladas. É uma bomba-relógio com um pavio de sangue e pólvora. Não investir em saúde pública durante a maior crise sanitária do último século é necropolítica, assim como não garantir a manutenção dos postos de trabalho e a renda.

Cabe aqui a atenção para um detalhe quase imperceptível – não chega a ser um fato exatamente novo, pelo contrário, é curiosa sua insistência nos últimos 500 anos. Porém, o conceito de raça, mais precisamente de racismo, aparece como central na aplicação da política da morte. Herdeira direta do mundo colonial e sua racionalidade, a sociedade moderna, baseada na raça, determina quais sujeitos são descartáveis:

---

<sup>1</sup> Entrevista dada a um evento no Oizumi, Japão, no dia 25 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XG7tqfGIRKw>. Acesso em: 27 jul. 2020.

Em suma, as colônias [as favelas e periferias, no nosso caso] são zonas em que guerra e a desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam. Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’. Da negação racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo provém a constatação de que as colônias possam ser governadas na ilegalidade absoluta. (MBEMBE, 2016).

No descaso absoluto, acrescento.

É o que se percebe ao analisar a realidade de violência, constante ameaça e privação de direitos a que estão submetidos ainda hoje as populações negras e indígenas do Brasil. Segundo os estudos mais recentes, do Ministério da Saúde e da Agência Pública, por exemplo, constatou-se que a população negra é a mais afetada pela pandemia (HORDGE-FREEMAN; CHAGAS, 2020). Vai me dizer agora que o vírus é racista e não gosta de branco? Improvável. O grande determinante são as condições sociais, como moradia precária, na maioria das vezes em bairros densamente povoados, falta de saneamento básico e acesso aos serviços de saúde, informação, emprego e renda; direitos básicos dos quais o negro é constantemente alijado devido ao racismo que impregna toda a estrutura social e econômica – o racismo estrutural, nas palavras do cientista social Sílvio Almeida (2018).

O extermínio da população indígena também ganhou contornos ainda mais sombrios com a Covid-19. Isolados, foram infectados por garimpeiros e madeireiros que, ao invadir suas terras, levaram o vírus. A situação é dramática: com a Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena (SESAI) fragilizada e subfinanciada, a contaminação só aumenta, e a morte dos idosos, conhecido grupo de risco, tira-lhes as lideranças políticas e espirituais, o que desestabiliza ainda mais o grupo.

Trocando em miúdos, aniquilar a população marginalizada é mais barato, poupa mais recursos – que ficam “disponíveis” para o assalto da burguesia nacional aos cofres públicos na forma de isenção fiscal e tributária aos bancos e grandes empresas (DELLA BARBA; JUNQUEIRA; GRIGORI, 2020; GALISTEO, 2020). Enquanto nas aldeias e terras indígenas o pesadelo da doença de branco traz novamente a possibilidade do etnocídio, nas periferias, o genocídio segue em curso acelerado e aritmético: são mais de 1300 óbitos por Covid-19 (BRASIL, 2020) e, aproximadamente, 60 jovens negros mortos, todos os dias.

Assim, à deriva que estamos, e sem timoneiro, a solidariedade, a organização popular, a luta pela vida e contra a exploração racista e capitalista seguem como bandeiras que tremulam, abatidas pelo vento e o mal tempo, mas altas o suficiente pra não perdermos o rumo. O desemprego, a insegurança e a pobreza crescem junto com o número de infectados enquanto a economia se retrai. Para que vidas sejam

salvas, para que o estrago seja menor, é urgente que todo o cidadão tenha o direito de ficar em casa, em segurança, com água (condições básicas de higiene), renda e informação; que a população se articule localmente em brigadas populares de solidariedade, em auxílio aos mais necessitados. O auxílio-emergencial precisa ser estendido até o final do ano; precisamos estar vivos e fortes enquanto classe pra superar a política da morte – e nossos carrascos sabem disso.

Portanto, da mesma forma que Assata Shakur (2016), ex-militante do Partido dos Panteras Pretas, asilada em Cuba desde 1984:

Eu acredito no viver.  
 Eu acredito no espectro  
 dos dias Beta e do povo Gama.  
 Eu acredito no brilho do Sol.  
 Em moinhos de vento e cachoeiras, triciclos e  
 cadeiras de balanço.  
 E eu acredito que sementes tornam-se brotos.  
 E brotos tornam-se árvores.  
 eu acredito na mágica das mãos.  
 E na sabedoria dos olhos.  
 Eu acredito na chuva e nas lágrimas.  
 E no sangue do infinito.



Eu acredito na vida.  
 E eu tenho visto a parada da morte  
 marchando através do torso da terra,  
 esculpindo corpos de lama em sua trilha.  
 eu tenho visto a destruição da luz do dia,  
 e visto vermes sedentos de sangue  
 sendo adorados e saudados.

eu acredito no viver.  
 eu acredito no nascimento.  
 eu acredito na doçura do amor  
 e no fogo da verdade



E eu acredito que um navio perdido,  
 conduzido por navegantes cansados e mareados,  
 ainda pode ser guiado para atracar  
 em casa. (SHAKUR, 2016).



## Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.

BARBON, Júlia. Mortes por policiais crescem 43% no RJ durante quarentena, na contramão de crimes. **Folha de S. Paulo**, 20 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/mortes-por-policiais-crescem-43-no-rj-durante-quarentena-na-contramao-de-crimes.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

BARRUCHO, Luis. Brasil é um dos países que menos realiza testes para covid-19, abaixo de Cuba e Chile. **BBC News**, Londres, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52383539>. Acesso em: 28 jul. 2020.

BRASIL registra mais de 1300 mortes em 24h e deve bater os 2 milhões de infectados por Covid ainda essa semana. **Fórum**, São Paulo. 14 jul. 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/coronavirus/brasil-registra-mais-de-1300-mortes-em-24h-e-deve-bater-os-2-milhoes-de-infectados-por-covid-ainda-essa-semana/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

DELLA BARBA, Mariana; JUNQUEIRA, Diego; GRIGORI, Pedro. 'Bolsa-agrotóxico': empresas recebem isenções de impostos de R\$ 10 bilhões ao ano. **Pública**, São Paulo, 12 fev. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/02/bolsa-agrotoxico-empresas-recebem-isencoes-de-impostos-de-r-10-bilhoes-ao-ano/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

FENAJUD. Um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos no Brasil, denunciam entidades. **FENAJUD**, Brasília, DF, 20 maio 2020. Disponível em: <https://fenajud.org.br/?p=8060>. Acesso em: 28 jul. 2020.

GALISTEO, Felipe Vieira de. Bolsonaro: tudo para os Bancos, nada para o povo! **A Verdade**, Florianópolis, SC, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://averdade.org.br/2020/03/governo-bolsonaro-libera-mais-dinheiro-para-os-bancos-mas-nao-faz-nada-pelo-povo/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

HORDGE-FREEMAN, Elizabeth; CHAGAS, Michel. COVID-19 e seu impacto nas comunidades negras nos Estados Unidos e no Brasil. **Portal Geledés**, São Paulo, 22 maio 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/covid-19-e-seu-impacto-nas-comunidades-negras-nos-estados-unidos-e-no-brasil/>. Acesso em: 27 jul. 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016.

MORRO do Pantanal luta pelo direito à água. **A Verdade**, Florianópolis, SC, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://averdade.org.br/2020/06/morro-do-pantanal-luta-pelo-direito-a-agua/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

SHAKUR, Assata. Reaja ou Será Morto/a. SHAKUR, Assata. **Escritos**. Brasília: Quilombo Xis: Ação Cultural Comunitária, 2016.

SILVA, Anderson. Florianópolis abre edital para comprar sacos de cadáveres destinados a vítimas de coronavírus. **NSC Total**, Florianópolis, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://www.nscotal.com.br/colunistas/anderson-silva/florianopolis-abre-edital-para-comprar-sacos-de-cadaveres-destinados-a>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SP: em pandemia, PM mata muito mais. **Outras mídias**, São Paulo, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/sp-em-pandemia-pm-mata-muito-mais/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

# HOMENAGEM

*Suelen Amorim Ferreira*

*Bolsista PET/Pedagogia/UFSC*

*Eliane Debus*

*Tutora PET/Pedagogia/UFSC*

A homenagem desta edição vai para os profissionais da saúde que estão na linha de frente no combate à pandemia da Covid-19 e fazem do cuidar mais que um juramento, mas um compromisso político com a vida. De forma exaustiva encontram inúmeros desafios durante sua jornada, mas seguem munidos de determinação e esperança de dias melhores. Nosso abraço também se estende a todos e todas os/as profissionais que atuam indiretamente na área da saúde e nos serviços essenciais tais como: bombeiros, supermercado, farmácia, serviços gerais, cozinha, *delivery*, entre outros. Aos cientistas que, incansavelmente, buscam na ciência uma resolução para esse problema que acomete a população mundial.

A todas e todos, nossos sinceros agradecimentos!

